



19 de abril | Dia dos Povos Indígenas

O Dia dos Povos Indígenas destaca a importância do reconhecimento da diversidade dos povos originários do Brasil. Mais do que uma data comemorativa, o 19 de abril reforça a importância da conscientização contínua sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas no acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, território e respeito à identidade. Reconhecê-los como sujeitos de direitos, protagonistas de suas próprias histórias e guardiões de saberes ancestrais é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas institucionais mais justas e inclusivas.

Os povos indígenas do Brasil não formam um grupo único. São 391 povos, falantes de 295 línguas, com ampla diversidade cultural, diferentes cosmologias e formas próprias de organização social. Valorizar essa pluralidade é fundamental para o enfrentamento de estereótipos e para o fortalecimento do diálogo intercultural.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco ao reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras, bem como o direito à manutenção de suas identidades culturais, línguas e tradições. No campo da saúde, a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, no âmbito do SUS, prevista no capítulo V da Lei nº 8.080, consolidou a compreensão de que o cuidado em saúde deve ser diferenciado, territorializado e intercultural.

Na educação, a implementação da educação escolar indígena específica, bilíngue e intercultural, de acordo com o Decreto 6.861/2009 contribuiu para o enfrentamento da exclusão histórica e para o fortalecimento das identidades. Ainda que importantes conquistas tenham sido alcançadas, muitos direitos seguem em constante disputa, exigindo vigilância social e compromisso institucional contínuo.

Linha do tempo com Marcos da política indigenista

- Antes de 1500 – Povos originários.
- 1910 – SPI (Criação do primeiro Órgão Federal voltado a política indigenista).
- 1967 – Funai (Criação da Funai, órgão responsável execução da política indigenista, pela proteção, mediações das relações com os Estados).
- Década de 1970 – Fortalecimento do movimento indígena.
- 1988 – Constituição Federal.

- 1999 – Saúde Indígena (Subsistema de Atenção à Saúde Indígena SASI-SUS).
- Anos 2000 – DSEIS (Distritos Sanitários Especiais Indígenas- estruturas responsáveis pela organização territorial da atenção à saúde indígena, articulando ações de atenção básica, promoção da saúde e vigilância em saúde).
- 2007 – Declaração da ONU (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas).
- 2010- Criação da SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena- Ministério da Saúde
- 2013–2014 – Fortalecimento da participação social. Ampliação da presença indígena em espaços de controle social, conselhos de políticas públicas e movimentos nacionais.
- 2015 – Direitos territoriais e debate ambiental. Intensificação do debate sobre demarcação de terras e proteção ambiental, com protagonismo indígena na agenda climática.
- 2019–2022 – Direitos em alerta. Período marcado por retrocessos institucionais, aumento de conflitos territoriais e mobilização indígena nacional e internacional em defesa de direitos.
- 2023 – Criação do Ministério dos Povos Indígenas - Marco histórico na estrutura do Estado brasileiro, fortalecendo a governança e a centralidade das políticas públicas indígenas. Tendo uma representante “legítima” a Ministra Sônia Guajajara (Etnia Guajajara/Tenetehara do estado do Maranhão). Assume a SESAI o primeiro indígena como secretário, bem como os coordenadores dos DSEIS.
- 2024 – Interculturalidade e políticas afirmativas. Avanço de debates sobre saúde indígena, educação intercultural, inclusão produtiva e ações afirmativas em instituições públicas e privadas.
- **Hoje** – Direitos em permanente construção.

A atuação da SPDM em contextos de diversidade cultural

A SPDM expressa seu compromisso com a equidade, o cuidado integral e o respeito à diversidade cultural em sua atuação na saúde, na educação e na gestão de serviços públicos. Em diferentes territórios, suas ações dialogam com povos indígenas, comunidades tradicionais e regiões próximas a eles, especialmente por meio da atuação no Sistema Único de Saúde.

A experiência acumulada ao longo de sua trajetória contribui para uma atuação sensível às especificidades locais e às necessidades dos territórios. A gestão e o apoio a serviços de saúde em regiões com presença indígena exigem sensibilidade cultural, articulação em rede e atenção aos determinantes sociais da saúde. A SPDM apoia, desde o início da criação do SASI-SUS (Subsistema de Atenção à Saúde Indígena), a organização de 10 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), com base na experiência do Projeto Xingu.

O ASPIN (Ambulatório de Saúde dos Povos Indígenas), vinculado ao Complexo HSP, foi o primeiro ambulatório do país destinado ao atendimento de pessoas indígenas e atua, desde 1989, como referência nacional para pacientes oriundos de todo o Brasil. As equipes multiprofissionais, que incluem profissionais indígenas em seu quadro, participam de ações de atenção primária, vigilância em saúde, campanhas de imunização e formação de trabalhadores, com foco na promoção de um cuidado humanizado e culturalmente respeitoso.

Formar profissionais preparados para atuar em contextos diversos é parte essencial desse compromisso institucional, assim como o incentivo à escuta qualificada, ao enfrentamento do racismo estrutural e à valorização das diferentes formas de compreensão do processo saúde-doença.

No âmbito do Comitê de Inclusão e Diversidade da SPDM, o grupo de afinidade “Povos Originários” exerce um papel relevante ao ampliar o diálogo interno, fortalecer a representatividade e contribuir para a sensibilização institucional sobre a temática indígena. Sua atuação contribui para consolidar a diversidade como um compromisso coletivo e permanente no cotidiano institucional.



O Dia dos Povos Indígenas reforça o compromisso institucional com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o **ODS 10 – Redução das Desigualdades** e o **ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial**, ao reconhecer e valorizar os saberes dos povos indígenas, promover o respeito aos seus direitos e fortalecer ações voltadas à equidade social, cultural e étnico-racial.